



Bases cognitivas e estratégias de ensino para o desenvolvimento de habilidades auditivas: revisão de literatura em periódicos brasileiros

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

Darcy Alcantara Neto

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) – darcyalcantaraneto@gmail.com

Resumo: O artigo apresenta uma revisão de literatura sobre bases cognitivas e estratégias de ensino para o desenvolvimento de habilidades auditivas em periódicos brasileiros da área musical, nos últimos 25 anos. A quase totalidade dos artigos apresenta abordagem interdisciplinar. Na década de 90, predominou o enfoque na psicologia cognitiva de inspiração piagetiana; a partir de 2000, nota-se uma inclinação para abordagens sócio-culturais, maior atenção a leitura e escrita musical e a substituição progressiva de referências a outras áreas pela cognição musical.

Palavras-chave: Habilidades auditivas. Percepção musical. Cognição. Teoria. Educação musical.

Cognitive Basis and Teaching Strategies for Developing Aural Skills: a Literature Review of Brazilian Journals

Abstract: This article describes a literature review about cognitive basis and teaching strategies for developing aural skills in Brazilian music journals, over the last 25 years. Almost every article presents an interdisciplinary approach. In 1990s, the prevailing tendency was focusing on cognitive psychology inspired on Piaget's works and, since 2000, we observe an inclination towards socio-cultural approaches, a major attention on reading and writing music and a progressive replacement of references to other disciplines with music cognition researches.

Keywords: Aural skills. Musical perception. Cognition. Theory. Music education.

1. Introdução, objetivos e metodologia

A aquisição de habilidades auditivas tem sido estudada, no Brasil, em múltiplas abordagens interdisciplinares. Este artigo apresenta uma revisão de literatura em periódicos nacionais, com o objetivo de localizar e categorizar publicações que tematizem as bases cognitivas e estratégias de ensino para o desenvolvimento de habilidades auditivas.

Como delimitação do campo para esta revisão, foram selecionados quatro periódicos da área musical: *Per Musi* (UFMG), *Revista da Abem*, *Musica Hodie* (UFG) e *Opus* (Anppom). A escolha destes periódicos se deu por sua relevância – já que, dentre os veículos de divulgação da científica razoavelmente abertos às diferentes sub-áreas da música (musicologia, performance, educação musical, composição etc.), são estes os mais bem avaliados pela Capes (Qualis A1, A2, A2 e A2, respectivamente, segundo dados da avaliação de 2012). Além disso, os veículos têm entre 10 e 24 anos de publicação ininterrupta e disponibilizam integralmente seus números na internet. Foram examinados 1078 artigos científicos completos e resumos; 21 artigos foram selecionados e, em seguida, categorizados por tema e abordagem, como se vê na Tab. 1.

2. Desenvolvimento de habilidades auditivas no ensino superior

2.1. Solfejo: concepções e metodologias sob o viés da cognição musical

No artigo “Métodos de Leitura Cantada: dó fixo versus dó móvel”, Goldemberg (2000) descreve os sistemas de solmização desde Guido D’Arezzo (992-1050), comparando os sistemas modernos: “dó fixo”, adotado amplamente no países da Europa continental e Brasil, e “dó móvel”, mais utilizado nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, concluindo que “O sistema móvel de solmização aparenta ser mais apropriado, quando se tem como objetivo uma educação musical ampla e acessível”, afirmando ser possível que o sistema fixo “ofereça uma ferramenta de trabalho indispensável em níveis mais avançados de formação musical” (p. 12).

Em “Modus Novus e a abordagem intervalar da leitura cantada à primeira vista”, o mesmo autor retoma os sistemas de leitura cantada, dialogando com outros pesquisadores, e constata que “a ênfase no sistema fixo é operacional, na medida em que foca a leitura das notas no pentagrama, enquanto que a ênfase no sistema móvel é perceptual, uma vez que foca as relações funcionais entre as notas da escala” (GOLDEMBERG, 2011, p. 110). Após comparação com os mecanismos de processamento da língua escrita, discute a obra do sueco Lars Edlund, *Modus Novus: Studies in Reading Atonal Melodies* (1963), abordagem centrada no estudo dos intervalos para a prática do solfejo atonal. Com S. Adler e S. Proser, Goldemberg defende a ampla utilização da proposta intervalar na música tonal.

Em “Sistema de solfejo fixo-ampliado: Uma nota para cada sílaba e uma sílaba para cada nota”, Freire (2008) descreve a história da utilização de sílabas para o reconhecimento de alturas. Menciona que tradições musicais desenvolveram técnicas de solfejo relativo: na Grécia antiga, China, Coreia, Japão, Vietnã, Indonésia e Índia, atentando para o fato de que “as alturas fundamentais ou tônicas são escolhidas de acordo com as características acústicas de determinados instrumentos ou da preferência dos instrumentistas” (p. 114). Retoma aspectos dos sistemas de solfejo fixo, desde sua origem, no séc. XVIII, no Conservatório de Paris, passando por sua disseminação nos países de língua românica e posteriormente no Brasil e América Espanhola (p. 116), e pelo desenvolvimento de sistemas que incluíam sílabas para sustenidos e bemóis, por C. Eitz e C. Bugeanu (p. 116). Destaca, no século XIX, as contribuições de S. Glover ao adaptar o solfejo de D’Arezzo, utilizando sílabas e a manosolfa para indicar funções tonais da escala maior – princípios difundidos pela metodologia Kodály, e também adaptados para solfejo por números. O autor propõe ao final o método de solfejo fixo-ampliado: ao contrário da cultura anglo-saxônica e germânica, no Brasil, “o fato dos nomes das notas musicais serem representadas pelas sílabas Guidonianas

não permite que o som da nota Dó possa ser associado para representar outras notas sem que ocorra interferência em relação às notas tocadas em outros instrumentos” (p. 123).

O artigo “A prática de solfejo com base na estrutura pedagógica proposta por Davidson e Scripp” (SANTOS; HENTSCHKE; GERLING, 2003) apresenta um modelo que descreve as subhabilidades que permitem “mapear o nível de desenvolvimento do estudante em leitura musical a partir de três modos de execução, a saber: identificação de notas, expressão rítmica e expressão de alturas, bem como de suas contribuições e/ou integrações dessas modalidades” (p. 29). Para além da visão mecânica e repetitiva, as autoras defendem que o solfejo é um “instrumento de desenvolvimento de escuta interna, memória e compreensão musical”, propondo a “conscientização de estruturas tonais subentendidas no contorno melódico”, ao mesmo tempo intuitivas (p. 30). À luz de R. Jackendoff e F. Lerdahl, são exemplificados procedimentos como a “varredura silenciosa do trecho a ser lido” (clave, compasso, armadura, tonalidade, etc.) e a leitura do contexto, posto que a tonalidade, por exemplo, é mais que a armadura de clave (p. 35). A busca por um nível de interação com a partitura que possibilite “decisões interpretativas justificadas” (p. 38), uma postura analítico-reflexiva para além do nível de materiais, revela o “solfejo como um exercício de compreensão musical” (p. 39). Tal prática “privilegia a mobilização de conhecimentos estruturais e passa a exigir conscientização por parte do estudante, que deixa de praticá-lo de forma meramente mecânica, tendo de assumir uma postura engajada neste processo” (p. 40).

2. 2. Abordagens críticas sobre o ensino de Percepção

Com enfoque pedagógico, buscando compreender os fatores de motivação em aulas de percepção musical a partir de entrevistas com três estudantes, o artigo de Gusmão (2011) apresenta “A aprendizagem autorregulada da percepção musical no ensino superior: uma pesquisa exploratória”. O autor relembra que a compreensão musical potencializada pela disciplina Percepção Musical é necessária para um melhor desempenho acadêmico, no mercado de trabalho e na ação criativa sobre o objeto musical. Gusmão (2011) defende ainda que é “é o processo, e não o produto, do ditado melódico que precisa ser observado” (p. 123), parafraseando os estudos de G. S. Karpinski. Esta mudança (de produto para processo) reconfigura o solfejo e o ditado como “ferramentas para o desenvolvimento da compreensão da linguagem musical” (p. 123). Chama a atenção ainda para a documentação da evolução do desempenho do estudante ao longo dos meses, como fator de motivação (p. 134). Ao perceber a importância da Percepção Musical para sua profissão, um dos alunos entrevistados por Gusmão passou a ver o desenvolvimento de suas habilidades como um “hábito prazeroso” (p.

137), melhor gerenciando tempo e prioridades. Já “as alunas que enfrentavam problemas de desempenho evidenciaram mais falhas nos processos autorregulatórios” (p. 136).

O artigo “Batalhas culturais: educação musical, conhecimento curricular e cultura popular na perspectiva das teorias críticas em educação” (LUEDY, 2006) desnaturaliza as expressões “saber música”, “talento” e “analfabetismo musical”, desvelando suas conexões etnocêntricas com a música ocidental erudita. A partir de um referencial na área dos estudos críticos e pós-críticos em educação e currículo (J.-C. Forquin, T. T. da Silva, H. A. Giroux e outros), Luedy, atenta para processos de “exclusão social”, quando a educação musical se insula em um “campo discursivo supostamente neutro e desinteressado, ou estritamente ‘técnico’” (p. 106). No artigo “Analfabetos musicais, processos seletivos e a legitimação do conhecimento em música: pressupostos e implicações pedagógicas em duas instâncias discursivas da área de música”, Luedy (2009) aprofunda as implicações culturais da expressão “analfabetos musicais” frente à sociedade híbrida e plural em que vivemos (p. 49).

Ainda com enfoque nas práticas de ensino de Percepção Musical no ensino superior, apresenta-se o artigo “A percepção musical sob a ótica da linguagem” (BERNARDES, 2001), que empreende uma crítica às metodologias fragmentadoras do discurso musical, que se baseiam em “atividades repetitivas e que têm no reconhecimento e na reprodução o seu fundamental e principal veículo metodológico” (p. 73). A partir de outros referenciais críticos das áreas específicas da música e educação, a autora propõe uma nova abordagem, “mais democrática” (p.73), fundamentada na composição, interpretação e análise.

Grossi (2001) tematiza a “Avaliação da percepção musical na perspectiva das dimensões da experiência musical”, criticando as abordagens centradas na “valorização quase que exclusiva dos aspectos técnicos relativos aos materiais da música” (p. 49), “atomística” e “restritiva”, por se limitar a apenas uma dimensão (mensurada objetivamente) e desconsiderar a natureza diversificada da experiência musical. Grossi investiga respostas a outros aspectos além dos materiais, retomando o esquema da experiência musical proposto por L. B. Meyer e o das camadas ou níveis de compreensão musical de K. Swanwick, para tecer, ao final, sugestões para um modelo de avaliação da percepção musical.

O artigo “Bases para uma metodologia de percepção musical e estruturação no 3º grau” (GERLING, 1995) apresenta também considerações sobre o papel do educador à frente das disciplinas de Percepção e Estruturação Musical, que deve assegurar os meios pelos quais “a percepção do estímulo sensorial possa vir a ser reconhecida, armazenada, codificada e interpretada, deixando de ser mero estímulo e passando a ter significado musical” (p. 22). A autora propõe então a integração no plano curricular entre “saber que” (i.e. conceitos teóricos:

harmonia, contraponto, orquestração, análise) e “saber como” (i.e. conjunto de habilidades desenvolvidas através do fazer musical), a partir das considerações de D. Hargreaves e outros (p. 24). A preparação para o mercado de trabalho, que deve levar em conta “abordagens multidimensionais e interdisciplinares” (p. 26) é também enfatizada.

Como foco na perspectiva histórico-cultural da Psicologia, o artigo de Barbosa (2005) intitulado “Percepção musical sob novo enfoque: a escola de Vigotski” revisa estudos teóricos representativos da perspectiva crítica, também citados neste artigo (BERNARDES, 2001; GROSSI, 2001), detectando no ensino da Percepção a ausência do “caráter histórico do desenvolvimento da percepção humana” (p. 91) e propondo uma abordagem vigotskiana.

Por sua vez, Schroeder (2009), em “A educação musical na perspectiva da linguagem: revendo concepções e procedimentos”, apresenta uma perspectiva histórico-cultural dos estudos da linguagem, estabelecendo analogias entre música e linguagem verbal, à luz da teoria de M. Bahktin, e deslocando a ênfase pedagógica: “ao invés da técnica (principal preocupação do ensino tradicional) ou da materialidade sonora (característica das propostas de cunho mais vanguardista), privilegia-se a dimensão estética musical” (p. 44).

Na interface da musicologia com a sociologia, o artigo “Análise musical para ‘não-musos’: a percepção popular como base para a compreensão de estruturas e significados musicais” (TAGG, 2011) considera que “[a] ‘musicalidade’ parece se aplicar somente àqueles que se apresentam como cantores ou que tocam um instrumento, ou podem decifrar a notação musical”, desconsiderando a competência musical da maioria ‘não-musa’, o que seria “claramente antidemocrático” (p. 9). Tagg propõe um novo paradigma para a construção do significado musical por adultos sem instrução formal em música, destacando que os “descritores estéticos” dos sujeitos sem contato formal com a música podem “contribuir para a compreensão das mensagens circulando nos meios de comunicação em massa” (p. 15).

Em “O desenvolvimento da teoria musical como disciplina independente: princípio, conflitos e novos caminhos”, Priore (2013) afirma que “Muitas vezes, estes fundamentos da música são confundidos com teoria e ensinados por músicos de conhecimento bastante modesto” e que, “Assim como o reconhecimento do alfabeto não redundava no aprendizado de linguística ou literatura, reconhecer fundamentos da música não se iguala a aprender teoria ou música” (p. 12). Considera que “a teoria musical tem várias facetas: a pedagogia, a construção de sistemas e a pesquisa” (p. 11) e “não é estática, ou seja, ela muda de acordo com o paradigma cultural da época” (p. 12). Na explosão de subcampos da teoria musical no final do século XX, Priore destaca, entre outros, a “percepção e cognição” (p. 19).

3. Desenvolvimento de habilidades auditivas na criança

3.1. A noção de ritmo na criança

Em “Ler/escrever ritmos: a análise psicolinguística de uma experiência com crianças”, Matte (2001) analisa produções de escrita musical de crianças de 4 a 7 anos, sob o viés da psicolinguística. Os parâmetros analisados foram “o desenho dos símbolos, a relação nota/sílaba e a apreensão das noções de densidade e de grupos rítmicos” (p. 7). Piaget, Vigotski e Ferreiro contribuem teoricamente nas etapas da elaboração da noção de ritmo.

No artigo de Mendonça e Lemos (2010), “Relações entre prática musical, processamento auditivo e apreciação musical em crianças de cinco anos”, a autora compara “o desempenho de crianças de cinco anos com e sem prática musical em tarefas de processamento auditivo e de apreciação musical”, com referencial na educação musical e fonoaudiologia. Conclui que “a prática musical exerce influência positiva sobre habilidades auditivas avaliadas nos testes de memória [...] e na tarefa de apreciação musical” (p. 58).

Caregnato (2011), em “Estratégia métrica versus estratégia mnemônica: posições contrastantes ou complementares no ensino de ritmo?”, descreve duas estratégias do ensino de ritmo, “uma focada na contagem e subdivisão de pulsos, denominada estratégia métrica, e outra, que se vale da segmentação do ritmo em pequenos motivos e da associação desses grupos de notas a palavras, chamada de estratégia mnemônica” (p. 76). Tendo como principal referência a epistemologia genética e a cognição musical (J. Bamberger, R. Jackendoff e F. Lerdhal, J. Sloboda), Caregnato conclui que a estratégia métrica pode ser aplicada a partir de 8 anos de idade, sugerindo para a fase anterior a estratégia mnemônica” (p. 76).

3.2. Outras dimensões perceptivas na fase infantil

Em “O uso de desenhos no estudo da percepção musical: um estudo preliminar com crianças”, Pacheco (2007) revisa estudos sobre a percepção e o desenvolvimento do desenho infantil, descrevendo experiências com 122 crianças de 6 a 12 anos que participaram de atividades de apreciação, concluindo que “O uso de desenhos das crianças parece constituir uma estratégia interessante para os estudos sobre a percepção musical” (p. 131).

Em “Zorelha: utilizando a tecnologia para auxiliar o desenvolvimento da percepção musical infantil através de uma abordagem construtivista”, Jesus, Uriarte e Raabe (2008) descrevem os recursos de um software musical cujo objetivo é “auxiliar no desenvolvimento da percepção musical infantil através de explorações sonoro-musicais”, tendo como norteador o “modelo espiral” proposto por K. Swanwick. Nas reações das 27 crianças investigadas, os autores detectaram grande motivação nas atividades.

4. Neurociência e cognição musical

Apenas um artigo descreve uma pesquisa empírica na interface da medicina (neurociência) com a música: “O ritmo e a sua relação com som: a influência do contexto sensorial na precisão da percepção e produção de ritmo” (BRAUN; REBOUÇAS, RANVAUD, 2009). Realizaram-se experimentos psicofísicos confirmando que “a percepção de ritmo é mais fortemente ligada ao sistema auditivo do que ao sistema visual” (p. 27).

Outro artigo abordou “A imagem aurial e a memória do discurso melódico: processos de construção” (COSTA, 1997), estabelecendo interfaces da fisiologia com a teoria de Piaget. Apenas uma das onze referências citadas no artigo abordava especificamente a área musical (um artigo publicado no periódico *Psychomusicology*, em 1981); as demais publicações citadas se reportam à neurociência, fisiologia e psicologia infantil.

5. Discussão e considerações finais

Na década de 1990, predominaram os artigos com enfoque na psicologia cognitiva de inspiração piagetiana, tematizando a notação musical infantil, na esteira do trabalho de J. Bamberger e outros. A partir dos anos 2000, nota-se, ao lado do aparecimento de textos críticos, de caráter histórico e sócio-cultural, referenciados em Vigotski e teóricos da sociologia da educação e sócio-linguística, uma maior atenção à discussão de metodologias de solfejo e bases cognitivas da aquisição de leitura e escrita musical, refletindo provavelmente a ascensão do campo, no Brasil (faça-se notar a criação da Associação Brasileira de Cognição e Artes Musicais, em 2006, e seus eventos anuais). A influência da epistemologia genética de Piaget é percebida em todo o período examinado, em especial sobre o caráter processual da percepção, uma “construção mental” e “tarefa ativa de audição”.

A quase totalidade dos artigos apresenta abordagem interdisciplinar, estabelecendo interfaces da música com a pedagogia, linguística, psicolinguística, fonoaudiologia, ciências da cognição e neurociência. Referências muito gerais como J. Piaget, E. Ferreiro e L. Vigotski e textos específicos de outras áreas cedem espaço progressivamente a autores da cognição musical, como J. Sloboda, G. S. Karpinski, D. J. Patel e outros.

O volume ainda reduzido de pesquisas científicas sobre o desenvolvimento de habilidades auditivas contrasta com a profusão de artigos, periódicos e associações especializadas em outros países, e mesmo com a produção das outras sub-áreas da música no Brasil. Espera-se que este artigo situe preliminarmente as contribuições brasileiras neste vasto campo, permitindo também identificar lacunas e inspirar caminhos futuros para a pesquisa.



Referências:

- BARBOSA, Maria Flávia Silveira. Percepção musical sob novo enfoque: a escola de Vigotski. *Música Hodie*, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 91-105, 2005.
- BERNARDES, Virginia. A percepção musical sob a ótica da linguagem. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 6, p. 73-85, set. 2001.
- BRAUN, Thenille; REBOUÇAS, José Thales S.; RANVAUD, Ronald. O ritmo e a sua relação com som: a influência do contexto sensorial na precisão da percepção e produção de ritmo. *Opus*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 8-31, dez. 2009.
- CAREGNATO, Caroline. Estratégia métrica versus estratégia mnemônica: posições contrastantes ou complementares no ensino de ritmo? *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.19, n.25, p. 74-86, jan./jun. 2011.
- COSTA, Maria Cristina Souza. A imagem aural e a memória do discurso melódico: processos de construção. *Opus*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 52-61, ago. 1997.
- FREIRE, Ricardo Dourado. Sistema de solfejo fixo-ampliado: Uma nota para cada sílaba e uma sílaba para cada nota. *Opus*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 113-126, jun. 2008.
- GERLING, Cristina Capparelli. Bases para uma metodologia de percepção musical e estruturação no 3º grau. *Revista da ABEM*, n. 2, p. 21-26, jun. 1995.
- GOLDEMBERG, Ricardo. Modus Novus e a abordagem intervalar da leitura cantada à primeira vista. *Opus*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 107-120, dez. 2011.
- GOLDEMBERG, Ricardo. Métodos de Leitura Cantada: dó fixo versus dó móvel. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 5, p. 7-12, set. 2000.
- GROSSI, Cristina de Souza. Avaliação da percepção musical na perspectiva das dimensões da experiência musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 6, p. 49-58, set. 2001.
- GUSMÃO, Pablo da Silva. A aprendizagem autorregulada da percepção musical no ensino superior: uma pesquisa exploratória. *Opus*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 121-140, dez. 2011.
- JESUS, Elieser Ademir de; URIARTE, Mônica Zewe; RAABE, André Luís Alice. Zorelha: utilizando a tecnologia para auxiliar o desenvolvimento da percepção musical infantil através de uma abordagem construtivista. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 20, p. 69-78, set. 2008.
- LUEDY, Eduardo. Analfabetos musicais, processos seletivos e a legitimação do conhecimento em música: pressupostos e implicações pedagógicas em duas instâncias discursivas da área de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 22, p. 49-55, set. 2009.
- LUEDY, Eduardo. Batalhas culturais: educação musical, conhecimento curricular e cultura popular na perspectiva das teorias críticas em educação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, p. 101-107, set. 2006.
- MATTE, Ana Cristina F. Ler/escrever ritmos: a análise psicolinguística de uma experiência com crianças. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 6, p. 7-16, set. 2001.
- MENDONÇA, Júlia Escalda; LEMOS, Stela Maris Aguiar. Relações entre prática musical, processamento auditivo e apreciação musical em crianças de cinco anos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 23, p. 58-66, mar. 2010.
- PACHECO, Caroline Brendel. O uso de desenhos no estudo da percepção musical: um estudo preliminar com crianças. *Música Hodie*, Goiânia, vol. 7, n. 1, p. 121-131, 2007.
- PRIORE, Irna. O desenvolvimento da teoria musical como disciplina independente: princípio, conflitos e novos caminhos. *Opus*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 9-26, jun. 2013.
- SANTOS, Regina Antunes Teixeira dos; HENTSCHEKE, Liane; GERLING, Cristina Capparelli. A prática de solfejo com base na estrutura pedagógica proposta por Davidson e Scripp. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 9, p. 29-41, set. 2003.
- SCHROEDER, Silvia Cordeiro Nassif. A educação musical na perspectiva da linguagem: revendo concepções e procedimentos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 21, p. 44-52, 2009.
- TAGG, P. Análise musical para “não-musos”: a percepção popular como base para a compreensão de estruturas e significados musicais. *Per Musi*, Belo Horizonte, n. 23, p. 7-18, 2011.



Periódico	Números / (volumes)	Quant. de artigos publicados	Período / (anos)	Quant. de artigos selecionados
Per Musi (UFMG)	30	329	2000 a 2014 (14)	<u>1</u>
Musica Hodie (UFG)	24 (12)	221	2001 a 2013 (12)	<u>2</u>
Revista da ABEM	27	292	1992 a 2012 (20)	12
Opus (Anppom)	26 (19)	236	1989 a 2013 (24)	<u>6</u>
Total:	107	1078	1989 a 2014 (25)	21

Tab. 1: Mapa da revisão de literatura